

**CONTROLADORIA GERAL**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA**

**RELATORIO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO ANUAL  
EXERCÍCIO DE 2017**

**PORTO VELHO – MARÇO/2018**

**CONTROLADORIA GERAL**  
**RELATORIO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO ANUAL**  
**EXERCICIO DE 2017**

**MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA**

**DEPUTADO ESTADUAL MAURO DE CARVALHO**  
*Presidente*

**DEPUTADO ESTADUAL EDSON MARTINS**  
*1º Vice-presidente*

**DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR**  
*2º Vice-presidente*

**DEPUTADO ESTADUAL JOSE CLEMENTE LEBRÃO**  
*1º Secretario*

**DEPUTADO ESTADUAL NEIDSON DE BARROS SOARES**  
*3º Secretario*

**DEPUTADO ESTADUAL ROSANGELA DONADON**  
*4º Secretario*

**PORTO VELHO – MARÇO/2018**

**CONTROLADORIA GERAL**  
**RELATORIO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO ANUAL**  
**EXERCICIO DE 2017**

**RESPONSÁVEIS**

**PRESIDENTE**

DEPUTADO MAURO DE CARVALHO - CPF Nº 220.095.402-63

**SECRETARIO GERAL**

ARILDO LOPES DA SILVA - CPF Nº 299.056.482-91

**CONTROLADORA GERAL**

SANDRA MARIA CARVALHO BARCELOS - CPF Nº. 386.501.180-20

**ADVOGACIA GERAL**

CELSO CECCATTO - CPF Nº 224.825.129-72

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

RAFAEL FIGUEREDO MARTINS CPF Nº.616.896.612-91

**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

CÂNDRICA MADALENA SILVA - CPF Nº 824.588.392-15

**SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÕES**

MILTON NEVES DE OLIVEIRA – CPF Nº. 420.091.032-20

**SUPERINTENDENCIA DE FINANÇAS**

MOACIR LUIZ TECCHIO – CPF Nº. 220.095.232-53

**SUPERINTENDENCIA DE RECURSOS HUMANOS**

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA – CPF 386.416.152-53

**DIVISÃO DE CONTABILIDADE**

LAURICELIA DE OLIVEIRA E SILVA – CPF Nº 591.830.042-20

**DIVISÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMONIO**

EUNILSON COSTA FREITAS – CPF Nº 220.700.282-91

**PORTO VELHO - MARÇO/2018**

# **CONTROLADORIA GERAL**

**RELATORIO ANUAL DE AUDITORIA E INSPEÇÃO Nº 004 /CG/2018  
EXERCICIO DE 2017**

**UNIDADE GESTORA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA**

**PERIODO AUDITADO: 01.01.2017 A 31.12.2017**

**EQUIPE DE INSPEÇÃO TÉCNICA: MARCELO PEREIRA FAUSTINO**

**ZAINE DO NASCIMENTO OLIVEIRA**

**CONTROLADORA GERAL: SANDRA MARIA CARVALHO BARCELOS**

**PORTO VELHO – MARÇO/2018**

## **1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso II da Lei Complementar nº. 154, de 26/7/96, artigos 2º e 7º, inciso II, da Instrução Normativa nº. 13/TCER, c/c, artigo 1º, incisos I, II, III e VI, bem como com o previsto no artigo 51, da Constituição Estadual e artigo 74 da Constituição Federal, a Controladora Geral da ALE - RO designou os Técnicos acima relacionados para executarem o relatório na Assembleia Legislativa, relativa ao exercício financeiro de 2017.

Cumprindo determinação da Controladora Geral do Poder Legislativo, e dando sequência à programação normal de trabalho, a equipe realizou o relatório de inspeção na unidade com o objetivo de avaliar a integridade, eficácia e correção do Controle Interno e acompanhamento das normas aplicadas na Administração Pública.

## **2. INSPEÇÃO ORDINÁRIA**

### **2.1 - Objetivos Gerais**

Os exames foram realizados a base de testes, por amostragem, nas áreas Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial, bem como Recursos Humanos, na extensão julgada necessária às circunstâncias e procedimentos aplicáveis ao serviço público, observando as Normas e os Princípios Fundamentais de Auditoria previstos no artigo 37 e 70 da Constituição Federal, bem como, mandamentos da Lei nº 4.320/64, que dita as Normas Gerais de Direito Financeiro, Lei nº 8.666/93, que rege os procedimentos Licitatórios e Lei Complementar nº. 101/2000, que trata da Responsabilidade Fiscal, entre outras, com o objetivo de emitir opinião sobre as contas da unidade ao certificar a regularidade ou eventuais irregularidades na gestão dos recursos alocados sob a responsabilidade dos agentes.

## **2.2 Objetivos Específicos**

- ❖ Fiscalizar a execução e os procedimentos pertinentes ao processamento das despesas;
- ❖ Auditar as contas da unidade, procedendo ao levantamento comparativo entre a receita e as despesas, orçadas e realizadas;
- ❖ Verificar e prevenir a ocorrência de danos e fraudes nos processamentos das despesas, incluindo a liquidação da mesma, mediante a certificação e fiscalização por comissões, elaboração e execução dos termos de contrato e de convênio, acompanhamento e fiscalização, termos de recebimento, processo licitatório e outros;
- ❖ Verificar quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade, razoabilidade e finalidade pública nas compras e contratação de serviços por parte deste Poder;
- ❖ Fiscalizar a exatidão das informações e dados fornecidos,
- ❖ Analisar os processos judiciais em andamento;
- ❖ Fiscalizar o desenvolvimento das edificações e construções em geral do Poder Legislativo;
- ❖ Fiscalizar, auditar e avaliar o processamento e as prestações de contas de convênios, de suprimentos de fundos e de diárias, desde a concessão ao reconhecimento e homologação da despesa;
- ❖ Outras fiscalizações e auditagens nas contas, patrimônio, aquisições, concessões, parcerias, acordos, ajustes, cessões de crédito na contabilidade pública, incluindo a elaboração e a execução do orçamento, das receitas, finanças e registros.

## **2.3 Metodologia e Ações**

As metodologias aplicadas pretenderam a execução das seguintes atividades:

- ❖ Levantar dados e informações no sistema SIAFEM, assim como vinculados aos Relatórios de Inspeção e de análise das contas do gestor, nos relatórios de gestão fiscal, e os pertinentes aos processos de despesas a serem inspecionados;
- ❖ Selecionar por amostragem os processos de despesas para inspeção, com base nos Pareceres emitidos por este Controle Interno, tendo como premissa a ocorrência e a prática de irregularidades e valores elevados de despesas;
- ❖ Reproduzir os materiais e os documentos relevantes e probantes da despesa fiscalizada;
- ❖ Compilar, selecionar e autuar os documentos pertinentes à comprovação dos achados da auditoria (provas das irregularidades);
- ❖ Elaborar o Relatório de Inspeção.

#### **2.4 – Do Órgão Inspecionado**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE, foi criado pela Lei Complementar nº. 41, de 22 de dezembro de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 23.12.81, quando da criação do Estado de Rondônia.

#### **2.5 – Qualificações dos Responsáveis**

A qualificação específica dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis, pelo ato de gestão e processamento das despesas estão identificadas acima.

#### **2.6 – Legalidade**

A Equipe de Controle Interno elaborou Relatório relativo ao 3º Quadrimestre/2017, tendo por base processos de despesa selecionados por amostragem, de acordo com a legislação vigente, Leis Federais Nº. 4.320/64, 8.666/93 e Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, dentre outras que norteiam a Administração Pública.

### 3. PLANEJAMENTO PLURIANUAL

O Plano Plurianual da Assembléia Legislativa de Rondônia, para o Quadriênio 2016-2019, estabelece os programas governamentais desmembrados em ações de planejamento dos atos públicos praticados na gestão responsável que encontra fundamento na Lei Nº. 3.647 de 6 de novembro de 2015. O total de recursos previstos para o planejamento estratégico 2016-2019 foi **R\$ 1.009.684.124,00 (um bilhão, nove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e vinte e quatro Reais).**

#### 3.1. Análise de Desempenho dos Programas de Trabalho

A análise dos Programas de Trabalho, estabelecidos no PPA 2016-2019, foi realizada quanto ao aspecto de comprometimento financeiro por fonte de recursos e encontra-se detalhado conforme despesa liquidada até o encerramento do 3º Quadrimestre 2017, conforme quadro 01.

**Quadro 01:** Desempenho dos Programas de Trabalho

PROGRAMA DE TRABALHO	PPA APROVADO 2016 - 2019	PPA ALOCADO NA LOA 2017	PPA LIQUIDADO LOA 2017	% DE EXECUÇÃO
28.843.0000.0097 – Realizar Pagamento da Dívida Fundada com Iperon	R\$ 24.788.000,00	R\$ 1.130.000,00	R\$ 937.982,66	83,01%
01.122.0000.0140 – Realizar Pagamento de Sentenças Judiciais	R\$ 8.074.000,00	R\$ 1.680.000,00	R\$ 1.645.946,25	97,97%
28.846.0000.0213 – Realizar Pagamento de Sentença Judicial	R\$ 8.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ -	0,00%
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 32.870.000,00</b>	<b>R\$ 2.812.000,00</b>	<b>R\$ 2.583.928,91</b>	<b>91,89%</b>
01.122.1020.2062 – Manter a Administração da Unidade	R\$ 142.221.162,00	R\$ 20.879.910,03	R\$ 15.434.129,52	73,92%
01.122.1020.2063 – Assegurar a Remuneração Pessoal Civil Ativo e Encargos Sociais	R\$ 558.105.330,00	R\$ 138.714.257,79	R\$ 137.033.271,25	98,79%
01.122.1020.2563 – Assegurar o Pagamento de Auxílios e Benefícios aos Servidores e Membros do Poder Legislativo	R\$ 145.999.100,00	R\$ 31.517.400,00	R\$ 30.650.376,40	97,25%
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 846.325.592,00</b>	<b>R\$ 191.111.567,82</b>	<b>R\$ 183.117.777,17</b>	<b>95,82%</b>
01.031.1027.2665 – Realizar Ações de Comunicação e Publicidade Institucional	R\$ 44.148.700,00	R\$ 14.896.768,27	R\$ 11.006.156,15	73,88%
01.031.1027.2666 – Suporte a Ação Parlamentar	R\$ 1.370.000,00	R\$ 303.000,00	R\$ 164.150,00	54,17%
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 45.518.700,00</b>	<b>R\$ 15.199.768,27</b>	<b>R\$ 11.170.306,15</b>	<b>73,49%</b>
01.128.1227.2065 – Realizar Capacitação de Agentes Políticos, Servidores e Comunidade	R\$ 586.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 4.500,00	3,46%
01.122.1227.2667 – Implementar e Manter a Escola do Legislativo	R\$ 4.647.900,00	R\$ 1.029.000,00	R\$ 538.739,08	52,36%
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 5.233.900,00</b>	<b>R\$ 1.159.000,00</b>	<b>R\$ 543.239,08</b>	<b>46,87%</b>
01.126.2013.1050 – Ampliar e Manter as Ações de tecnologia da Informação	R\$ 7.192.000,00	R\$ 961.000,00	R\$ 535.212,00	55,89%
01.122.2013.1052 – Modernizar a Estrutura Administrativa	R\$ 14.119.600,00	R\$ 2.639.600,00	R\$ 1.894.805,96	71,78%
01.122.2013.1204 – Construir o prédio da Assembleia Legislativa	R\$ 58.424.332,00	R\$ 23.498.380,08	R\$ 14.976.976,61	63,74%
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 79.735.932,00</b>	<b>R\$ 27.098.980,08</b>	<b>R\$ 17.406.994,57</b>	<b>64,23%</b>
<b>TOTAL DO PPA 2016 – 2019</b>	<b>R\$ 1.009.684.124,00</b>	<b>R\$ 237.381.316,17</b>	<b>R\$ 214.822.245,88</b>	<b>90,50%</b>

Fonte: PPA 2016-2019/SIAFEM/Controladoria Geral ALERO



Considerando os dados extraídos do “Quadro 1 - Desempenho dos Programas de Trabalho”, podemos concluir que no geral 90,50% dos programas alocados na Lei orçamentária anual foram entregues/liquidados e de forma individualizada, os programas de trabalho apresentaram um percentual superior a 50% de execução, com exceção do programa de trabalho “01.128.1227.2065.0000 – Realizar Capacitação de Agentes Políticos, Servidores e Comunidade” que efetivou 3,46% do previsto.

### 3.2. Análise financeira do PPA por Categoria Econômica

A análise financeira do Plano Plurianual da Assembléia Legislativa de Rondônia considera os valores efetivamente pagos, conforme quadro 02.

**Quadro 02:** PPA versus Execução Orçamentária e Financeira por Categoria Econômica

ACOMPANHAMENTO DO PPA POR CATEGORIA ECONOMICA					
PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA ECONOMICA	PPA APROVADO 2016-2019	PPA ALOCADO LOA 2017	PPA LIQUIDADO E PAGO	% DE EXECUÇÃO
28.843.0000.0097 – Realizar Pagamento da Dívida Fundada com IPERON	Despesa de Capital	R\$ 7.544.000,00	R\$ 864.000,00	R\$ 861.696,36	99,73%
	Despesa Corrente	R\$ 17.244.000,00	R\$ 266.000,00	R\$ 76.286,30	28,68%
01.122.0000.0140 – Realizar Pagamento de Pensionistas	Despesa de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
	Despesa Corrente	R\$ 8.074.000,00	R\$ 1.680.000,00	R\$ 1.645.946,25	97,97%
28.846.0000.0213 – Realizar Pagamento de Sentença Judicial	Despesa de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
	Despesa Corrente	R\$ 8.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ -	0,00%
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>		<b>R\$ 32.870.000,00</b>	<b>R\$ 2.812.000,00</b>	<b>R\$ 2.583.928,91</b>	<b>91,89%</b>
01.122.1020.2062 – Manter a Administração da Unidade	Despesa de Capital	R\$ 3.900.000,00	R\$ 455.000,00	R\$ 363.083,60	79,80%
	Despesa Corrente	R\$ 138.321.162,00	R\$ 20.424.910,03	R\$ 15.069.679,42	73,78%
01.122.1020.2063 – Assegurar a remuneração de Pessoal Civil Ativo e Encargos Sociais	Despesa de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
	Despesa Corrente	R\$ 558.105.330,00	R\$ 138.714.257,79	R\$ 137.033.271,25	98,79%
01.122.1020.2563 – Assegurar o Pagamento de Auxílios e Benefícios aos Servidores e Membros do Poder Legislativo	Despesa de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
	Despesa Corrente	R\$ 145.999.100,00	R\$ 31.517.400,00	R\$ 30.650.376,40	97,25%
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>		<b>R\$ 846.325.592,00</b>	<b>R\$ 191.111.567,82</b>	<b>R\$ 183.116.410,67</b>	<b>95,62%</b>
01.031.1027.2665 – Realizar Ações de Comunicação e Publicidade Institucional	Despesa de Capital	R\$ 48.700,00	R\$ 10.800,00	R\$ -	0,00%
	Despesa Corrente	R\$ 44.100.000,00	R\$ 14.885.968,27	R\$ 11.006.156,15	73,94%
01.131.1027.2666 – Suporte a Ação Parlamentar	Despesa de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
	Despesa Corrente	R\$ 1.370.000,00	R\$ 303.000,00	R\$ 164.150,000	54,17%
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>		<b>R\$ 45.518.700,00</b>	<b>R\$ 15.199.768,27</b>	<b>R\$ 11.170.306,15</b>	<b>73,49%</b>
01.128.1227.2065 – Realizar Capacitação de Agentes Políticos, Servidores e Comunidade	Despesa de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
	Despesa Corrente	R\$ 586.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 4.500,00	3,46%
01.122.1227.2667 – Implementar e Manter a Escola do Legislativo	Despesa de Capital	R\$ 480.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ -	0,00%
	Despesa Corrente	R\$ 4.167.900,00	R\$ 921.000,00	R\$ 538.739,08	58,50%
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>		<b>R\$ 5.233.900,00</b>	<b>R\$ 1.159.000,00</b>	<b>R\$ 543.239,08</b>	<b>46,87%</b>
01.126.2013.1050 – Ampliar e Manter as Ações de Tecnologia da Informação	Despesa de Capital	R\$ 2.674.000,00	R\$ 590.000,00	R\$ 519.350,00	88,03%
	Despesa Corrente	R\$ 4.518.000,00	R\$ 371.000,00	R\$ 15.862,00	4,28%
01.122.2013.1052 – Modernizar a Estrutura Administrativa	Despesa de Capital	R\$ 2.702.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ -	0,00%
	Despesa Corrente	R\$ 11.417.600,00	R\$ 2.633.600,00	R\$ 1.894.805,96	71,95%
01.122.2013.1204 – Construir o prédio da Assembleia Legislativa	Despesa de Capital	R\$ 58.424.332,00	R\$ 23.498.380,08	R\$ 14.976.976,61	63,74%
	Despesa Corrente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>		<b>R\$ 79.735.332,00</b>	<b>R\$ 27.098.980,08</b>	<b>R\$ 17.406.994,57</b>	<b>64,23%</b>
<b>TOTAL DO PPA</b>		<b>R\$ 1.009.684.124,00</b>	<b>R\$ 237.381.316,17</b>	<b>R\$ 214.820.879,38</b>	<b>90,50%</b>

Fonte: PPA 2016-2019

De acordo com a análise conjunta dos quadros 1 e 2 infere-se que a execução financeira dos programas de trabalho foi pareada em 90,50% no geral, indicando equilíbrio financeiro e orçamentário e responsabilidade com a gestão dos programas previstos para o exercício financeiro de 2017.

### 3.3. Análise do Desempenho de Execução do PPA por Programa

O PPA contempla cinco programas governamentais que define a orientação estratégica, as metas e as prioridades para fazer face ao atendimento às necessidades do Poder Legislativo, com alocação orçamentária em 2017 de **R\$ 237.381.316,17** (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e dezessete centavos), com liquidação até o 3º Quadrimestre do Exercício de **R\$ 214.822.245,88** ( Duzentos e quatorze milhões oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e oitenta centavos), de acordo com o quadro 03.

**Quadro 03.** Desempenho da Execução do PPA por Programa

PROGRAMA GOVERNAMENTAL	PPA ALOCADO 2017	PPA/LOA LIQUIDADADO	EXECUÇÃO EM PERCENTUAL
0000 – OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$ 2.812.000,00	R\$ 2.583.928,91	90,0%
1020 – APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 191.111.567,82	R\$ 183.117.777,17	95,8%
1027 – APOIO PARLAMENTAR	R\$ 15.199.768,27	R\$ 11.170.306,15	73,5%
1227 – ESCOLA DO LEGISLATIVO	R\$ 1.159.000,00	R\$ 543.239,08	46,9%
2013 – MODERNIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	R\$ 27.098.980,08	R\$ 17.406.994,57	64,2%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 237.381.316,17</b>	<b>R\$ 214.822.245,88</b>	<b>90,5%</b>

**Fonte:** Controladoria Geral/LOA 2016/PPA – 2016-2019

Considerando os dados orçamentários em relação à execução das ações e metas propostas no Plano Plurianual 2016-2019, especialmente quanto ao exercício de 2017, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia demonstrou execução de 90,5% das metas estabelecidas, atingindo com eficiência a execução dos objetivos delineados no planejamento público do Poder Legislativo.

#### **4. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Lei Orçamentária Anual (LOA) Nº Lei nº. 3.970, de 28 de dezembro de 2016, publicada em Diário oficial do Estado de Rondônia de nº 243 – Suplemento, consignou em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para o Exercício de 2017 o montante de **R\$ 221.658.299,00** (duzentos e vinte e um milhões seiscentos e cinquenta e oito mil duzentos e noventa e nove reais), com acréscimo de suplementação orçamentária no montante de **R\$ 4.054.484,11** (Quatro milhões, e cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e onze centavos, conforme Lei nº 3.999, de 23 de março de 2017, publicado em Diário Oficial do Estado de Rondônia nº. 10, de 31 de março de 2017, totalizando recursos na ordem de **R\$ 225.712.783,11** (duzentos e vinte e cinco milhões, setecentos e doze mil, setecentos e oitenta e três reais e onze centavos) durante o 1º Quadrimestre do Exercício.

Durante o 2º Quadrimestre do Exercício, ocorreu suplementação de **R\$ 9.083.408,27** (nove milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e oito reais e vinte e sete centavos), conforme Lei Nº. 4125 de 21 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 163 de 29 de agosto de 2017, e no exercício ocorreu uma suplementação no valor **R\$ 6.635.124,79** ( seis Milhões seiscentos e trinta e cinco mil cento e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos), Conforme

Lei Nº 4125 de 21 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia de nº 163 de 29.08.2017, e no mesmo período do exercício ocorreu redução ( Redução Cancelamento e Remanejamento de Dotação No valor de **R\$ 4.050.000,00** ( Quatro Milhões e Cinquenta mil reais), totalizando o montante disponível para **R\$ 237.381.316,17** (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e dezessete centavos), autorizado para o Exercício de 2017.

A evolução orçamentária ocorrida no período apresentou a seguinte movimentação, conforme Quadro Demonstrativo de Execução Orçamentária e Financeira/SIAFEM (DEOF), de acordo com o quadro 04.

**Quadro 04:** Demonstrativo da Evolução Orçamentária - Fonte 00

TITULO	(Em R\$ 1,00)
<b>I – Plano Plurianual Aprovado 2016-2019</b>	<b>R\$ 1.009.684.124,00</b>
<b>II – Alteração PPA 2017</b>	<b>R\$ 33.720.067,00</b>
<b>III = (I – II) PPA Atualizado</b>	<b>R\$ 975.964.057,00</b>
<b>IV – PPA a Alocar 2016-2019</b>	<b>R\$ 738.582.740,83</b>
<b>V – PPA Alocado – LOA</b>	<b>R\$ 221.658.299,00</b>
<b>VI – Créditos Adicionais</b>	<b>R\$ 19.773.017,17</b>
- Suplementares	R\$ 19.773.017,17
- Especiais	R\$ -
- Extraordinários	R\$ -
<b>VII – Cancelamento e Remanejamento de Dotação</b>	<b>R\$ 4.050,000,00</b>
<b>VIII = Dotação Atualizada (V+VI-VII)</b>	<b>R\$ 237.381.316,17</b>
<b>IX – Despesa Empenhada</b>	<b>R\$ 223.960.592,23</b>
<b>X = Saldo de Dotação (IV-V)</b>	<b>R\$ 13.420.723,94</b>

A movimentação orçamentária apresenta um saldo de dotação orçamentária a empregar de R\$ 13.420.723,94 (Treze milhões, quatrocentos mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), em conformidade com a Movimentação Orçamentária, quadro 5.

**Quadro 05:** Movimentação Orçamentária

Titulo	(Em R\$ 1,00)	AV[1] (%)
I – Saldo de Dotação	13.420.723,94	100%
Crédito Disponível	13.420.723,94	100%
Crédito Indisponível	0,00	
- Bloqueio de Crédito	0,00	
- Contenções Administrativas	0,00	

**AV[1] (%) = Análise Vertical, tomando como referência o saldo de dotação orçamentária**

**Fonte:** Dados extraídos do Anexo I e Anexo II

Até o quadrimestre de referência houve movimentação relacionadas à acréscimos e reduções no quadro do detalhamento<sup>1</sup> da despesa orçamentária R\$ 43.031.434,79 (Quarenta e três milhões, trinta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), de acordo com o quadro 06.

**Quadro 06:** Movimentação de Acréscimos e Reduções Orçamentárias

Título	Até o 2º Quadrimestre	
Acréscimo	R\$	43.031.434,79
(-) Redução	R\$	43.031.434,79

**Fonte:** Dados extraídos do Anexo I

O quadro 07 apresenta a seguir a evolução dos dados orçamentários do órgão, comparando-o ao quadrimestre do exercício anterior e o quadrimestre atual.

**Quadro 07:** Evolução Orçamentária Comparativa

Descrição	- a -		- b -		Variação (%) [(b-a)/a*100]
	3º Quadrimestre 2016		3º Quadrimestre 2017		
Dotação Inicial	R\$	205.971.451,71	R\$	221.658.299,00	7 %
Dotação Atualizada	R\$	226.522.147,96	R\$	237.381.316,17	5%
Despesa Empenhada	R\$	223.478.254,30	R\$	223.960.592,23	0,22%
Despesa Paga	R\$	215.899.009,89	R\$	214.820.879,38	-0,50%
Despesa a Pagar	R\$	7.579.244,71	R\$	9.139.712,85	17,00%

**Fonte:** Dados extraídos do Anexo I e Anexo II e consulta SIAFEM/ANO 2016 e 2017

A análise do quadro 07 em tela, revela que no comparativo com o 3º quadrimestre (2016) as dotações iniciais da Assembleia em 2017 sofreram um acréscimo de 7% na

dotação inicial e de 5% na autorização global, comparado ao 3º quadrimestre do exercício (2016).

Já as despesas executadas (empenhadas) sofreram um acréscimo de 0,22% em comparação com o período 3º Quadrimestre de (2016), de igual modo os restos a pagar<sup>2</sup>, que sofreram um acréscimo de 17,00%. A execução do orçamento comparada com o 3º quadrimestre (2016) apresenta um aumento no volume de obrigações que conforme analisado no quadro da execução do plano plurianual, este aumento foi acompanhado do respectivo recurso financeiro, ocasionando em resumo, um superávit de execução.

#### 4.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d=(c-b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>6.635.124,79</b>	<b>6.667.273,58</b>	<b>32.148,79</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.753.535,00	1.474.019,62	-279.515,38
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	1.753.535,00	1.474.019,62	-279.515,38
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	4.881.589,79	5.193.253,96	311.664,17
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	4.881.589,79	5.084.789,25	203.199,46
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Divers	0,00	0,00	108.464,71	108.464,71
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públic	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00

<sup>1</sup> Acréscimos e reduções são alterações na qualidade do orçamento, não afetando o montante dotado.

<sup>2</sup> Crédito empenhado a liquidar + Em Liquidação + Liquidados a Pagar

<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>6.635.124,79</b>	<b>6.667.273,58</b>	<b>32.148,79</b>
OPERACOES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>6.635.124,79</b>	<b>6.667.273,58</b>	<b>32.148,79</b>
DÉFICIT (VI)	221.658.299,00	230.746.191,38	217.293.318,65	-13.452.872,73
<b>TOTAL (VII)=(V + VI)</b>	<b>221.658.299,00</b>	<b>237.381.316,17</b>	<b>223.960.592,23</b>	<b>-13.420.723,94</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	13.137.892,38			
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada(f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	200.491.933,00	211.849.136,09	204.873.339,16	198.101.139,31	198.099.772,81	6.975.796,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.433.133,00	140.395.257,79	138.684.080,61	138.679.217,50	138.679.217,50	1.711.177,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	266.000,00	266.000,00	76.286,30	76.286,30	76.286,30	189.713,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.792.800,00	71.187.878,30	66.112.972,25	59.345.635,51	59.344.269,01	5.074.906,05
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	21.166.366,00	25.532.180,08	19.087.253,07	16.721.106,57	16.721.106,57	6.444.927,01
INVESTIMENTOS	20.302.366,00	24.668.180,08	18.225.556,71	15.859.410,21	15.859.410,21	6.442.623,37
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	864.000,00	864.000,00	861.696,36	861.696,36	861.696,36	2.303,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)</b>	<b>221.658.299,00</b>	<b>237.381.316,17</b>	<b>223.960.592,23</b>	<b>214.822.245,88</b>	<b>214.820.879,38</b>	<b>13.420.723,94</b>
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(XI+XII)</b>	<b>221.658.299,00</b>	<b>237.381.316,17</b>	<b>223.960.592,23</b>	<b>214.822.245,88</b>	<b>214.820.879,38</b>	<b>13.420.723,94</b>
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>221.658.299,00</b>	<b>237.381.316,17</b>	<b>223.960.592,23</b>	<b>214.822.245,88</b>	<b>214.820.879,38</b>	<b>13.420.723,94</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-----Inscritos-----		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	210,00	3.001.210,37	0,00	1.532.836,52	1.468.583,85	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	6.897,19	0,00	4.643,20	2.253,99	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	210,00	2.994.313,18	0,00	1.528.193,32	1.466.329,86	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.319.521,97	0,00	3.884.950,79	434.571,18	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	4.319.521,97	0,00	3.884.950,79	434.571,18	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>210,00</b>	<b>7.320.732,34</b>	<b>0,00</b>	<b>5.417.787,31</b>	<b>1.903.155,03</b>	<b>0,00</b>



#### 4.1.1 – Resultado Orçamentário exercício financeiro de 2017.

Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	225.532.280,28
Receita Orçamentária realizada	6.667.273,58
(-) Despesa Empenhada	(223.960.592,23)
<b>= Superávit Orçamentário</b>	<b>8.238.961,63</b>

Ao contrário do que se demonstra no balanço orçamentário, a Assembleia Legislativa apresentou no final do Exercício financeiro de 2017 um superávit de execução orçamentária de **R\$ 8.238.961,63** (Oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos). O déficit apurado no balanço orçamentário pode ser justificado por não apresentar os recursos advindos de cotas e repasses financeiros recebidos para a execução do orçamento. Ademais, o superávit orçamentário real pode ser aprimorado com a dedução das despesas empenhadas com recursos do superávit financeiro apurado no exercício de 2016.

## 5. GESTÃO FINANCEIRA

A Assembleia Legislativa de Rondônia-ALERO, no 3º quadrimestre de 2017, empenhou despesa no valor de **R\$ 223.960.592,23** ( Duzentos e vinte e três milhões, novecentos e sessenta mil e quinhentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), conforme dados do quadro demonstrativo da despesa orçamentária **R\$ 214.820.879,38** (Duzentos e quatorze milhões oitocentos e vinte mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos) foram pagos, perfazendo uma despesa a pagar de **R\$ 9.139.712,85** (Nove milhões, cento e trinta e nove mil setecentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), demonstradas no quadro 08.

#### Quadro 08: Demonstrativo da Gestão Financeira

NOMENCLATURA	VALOR EM R\$	AV[1] (%)
A – Dotação Atualizada	237.381.316,17	100%
B – Despesa Empenhada no Período	223.960.592,23	94%

<b>C – SALDO ORÇAMENTÁRIO (A – B)</b>	<b>13.420.723,94</b>	<b>6%</b>
D – Pagamento Efetuado no Período	214.820.879,38	91%
<b>E – SALDO A PAGAR DO EXERCÍCIO (B – D)</b>	<b>9.139.712,85</b>	<b>4%</b>

[1] AV – Análise Vertical, tomando como base a dotação atualizada até o Quadrimestre.

Fonte SIAFEM: Dados extraídos do Balancete Dezembro/2017 - Anexo I

## 5.1 Demonstrativo das Transferências Recebidas

O repasse efetuado pelo Governo do Estado no decorrer do 3º quadrimestre/2017, foi na ordem de R\$ 224.225.148,59 ( Duzentos e vinte e quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), conforme a seguir os quadro 9 e 10:

### Quadro 9: Transferências Recebidas

REPASSES FINANCEIROS	VALOR EM R\$
Transferências Recebidas	224.225.148,59
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>	<b>224.225.148,59</b>

Fonte SIAFEM: Dados extraídos do Balancete /Dezembro de 2017 – Anexo I

### Quadro 10: Quociente do resultado da Execução Orçamentária

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Transferências Recebidas	224.225.148,59
Despesa Empenhada	223.960.592,23
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>	<b>1,00</b>

[1] AV – Média considerada entre as duas possibilidades foi a maior, ou seja, despesa empenhada.

Fonte SIAFEM: Dados extraídos do Balancete /Dezembro de 2017 – Anexo I

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 (um real) de despesa executada, foram transferidos desconsiderando os centavos, R\$ 1,00 (um real), evidenciando um

superávit da execução financeira e orçamentária, isto é, execução de despesa com correspondência financeira.

## 5.2 – FLUXO FINANCEIRO OU DE CAIXA

O fluxo financeiro ou de caixa, apresenta as movimentações diretas e indiretas que afetaram o grupo das contas de caixa e equivalentes de caixa e valores restituíveis durante o 3º Quadrimestre de 2017, encontram-se detalhados analiticamente no quadro 11.

**Quadro 11:** Fluxo Financeiro

<b>FLUXO FINANCEIRO</b>		
<b>I – Saldo em 01.01.2017 (Caixa e Equivalente de Caixa)</b>	<b>R\$</b>	<b>11.692.488,30</b>
<b>II – Ingressos</b>	<b>R\$</b>	<b>577.483.841,22</b>
Receita Orçamentária (Registrada UG Financeira Tesouro)	R\$	6.667.273,58
Aplicações Financeiras	R\$	6.667.273,58
Transferências Recebidas – (Ajustada)	R\$	224.225.148,59
Cota Recebida	R\$	224.225.148,59
Ajustes de Exercícios Anteriores (Financeiro)	R\$	140.740,74
Créditos em Circulação (Movimento Crédito)	R\$	243.230.300,66
Valores Restituíveis (Ativo Crédito)	R\$	51.196.078,74
Valores Restituíveis (Passivo – Ajustado)	R\$	52.024.298,91
<b>III – Dispêndios</b>	<b>R\$</b>	<b>566.945.651,54</b>
<b>Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários</b>	<b>R\$</b>	<b>271.990.897,99</b>
Despesa Orçamentária	R\$	214.820.879,38
Restos a pagar	R\$	5.674.093,85
Valores Restituíveis	R\$	51.495.924,76
Valores Restituíveis (Ativo – Débito)	R\$	51.724.452,89
Créditos em Circulação (Movimento Débito)	R\$	243.230.300,66
<b>IV – Saldo Final Apurado em 31.12.2017 (I+II – III)</b>	<b>R\$</b>	<b>22.230.677,98</b>
<b>Saldo final – SIAFEM</b>	<b>R\$</b>	<b>22.230.677,98</b>

**Fonte SIAFEM:** Dados Extraídos do Balancete Dezembro 2017 – Anexo I

### 5.3. Conciliações Bancárias

Conforme análise das diversas contas correntes e saldos fornecidos pelo SIAFEM/RO, constatamos diversas situações tanto bancário como contábil que deixaram de ser registrados, ocorrências estas que não são relevantes uma vez que são transações em trânsito, que estão devidamente identificadas na Conciliação Bancária, conforme posição em 31/12/2017 - Anexo I e VII, de acordo com o quadro 12.

#### Quadro 12: Conciliação Bancária

BANCO	CONTA CORRENTE	SALDO R\$ (1,00) EXTRATO BANCARIO	SALDO R\$ (1,00) SIAFEM CONTA CONTABIL 1.1.1.1.1.19.02	DIFERENÇA
Banco do Brasil	63367-4	R\$ 20.630.054,34	R\$ 19.809.647,10	R\$ 820.407,24
Banco do Brasil	7388-1	R\$ 76.743,33	R\$ 81.862,50	R\$ 5.119,17
Banco do Brasil	9181-2	R\$ 2.617.233,30	R\$ 2.339.168,38	R\$ 278.064,92
Banco do Brasil	9318-1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		<b>R\$ 23.324.030,97</b>	<b>R\$ 22.230.677,98</b>	<b>R\$ 1.093.352,99</b>

Fonte: Divisão de Contabilidade/ALE, Anexo I e Anexo VII.

#### 5.3.1 Composição da Conciliação Bancária

Foram conferidos os saldos bancários e os extratos bancários, até o 3º Quadrimestre de 2017, verificando as disponibilidades de caixa, conforme estabelece o artigo 43 da LC 101/00.

O saldo financeiro disponível em moeda corrente perfez o montante de **R\$ 22.230.677,98** (Vinte e dois milhões duzentos e trinta mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos) saldo este que atende satisfatoriamente a manutenção das atividades desenvolvidas por esta Casa de Leis.

### Quadro 13: Composição da Conciliação Bancária

NOMENCLATURA/CONTAS CORRENTES		TOTAL
<b>Saldo Conforme Extrato Bancário 31.12.2017</b>	<b>R\$</b>	<b>23.324.030,97</b>
( + ) Depósitos Não Considerados pelo Banco	R\$	51.561,08
( - ) Ordens Bancárias Não Lançadas pelo Banco	R\$	1.189.997,69
<b>SALDO BANCARIO CONCILIADO EM 31.12.2017</b>	<b>R\$</b>	<b>24.565.589,74</b>
<b>Saldo Bancário Registrado no SIAFEM em 31.12.2017</b>	<b>R\$</b>	<b>22.230.677,98</b>
( + ) Depósitos e Avisos de Crédito Não Contabilizados	R\$	33.397,62
( - ) Aviso de Débitos Não Contabilizados	R\$	1.263.516,37
( - ) Depósitos e Cauções Rel. Contrato	R\$	1.185.035,13
<b>SALDO CONTÁBIL CONCILIADO 31.12.2017</b>	<b>R\$</b>	<b>22.185.594,36</b>
<b>Apuração da Diferença entre o Saldo Contábil Conciliado</b>		
( + ) Depósitos Não Considerados pelo Banco	R\$	<b>51.561,18</b>
( - ) Ordens Bancárias Não Lançadas pelo Banco	R\$	(1.189.997,69)
<b>Variação I =</b>	<b>R\$</b>	<b>(1.138.436,51)</b>
( + ) Depósitos e Avisos de Créditos Não Contabilizados	R\$	33.397,62
( - ) Aviso de Débitos Não Contabilizados	R\$	1.263.516,37
( - ) Depósitos e Cauções Rel. Contrato	R\$	1.185.035,13
<b>Variação II =</b>	<b>R\$</b>	<b>45.083,62</b>
<b>= Diferença Apurada (Variação I – Variação II)</b>	<b>R\$</b>	<b>(1.093.352,89)</b>

Fonte : Anexo VII – Conciliações Bancárias

#### 5.4 Variação do Saldo Patrimonial com Status (Financeiro)

O Confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro no 3º quadrimestre de 2017, aponta um superávit financeiro de **R\$ 23.536.443,17** ( Vinte e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais e dezessete centavos), contudo alertamos que o superávit financeiro demonstrado não está considerando as despesas que estão em fase de processamento (Restos a pagar não processados a liquidar e despesa a liquidar do exercício), conforme quadro 14. **O Superávit financeiro real é de R\$ 14.398.096,82** (Quatorze milhões, trezentos e noventa e oito mil e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos), pois a Dívida Flutuante perfez o montante de **R\$ 10.324.747,98** (Dez milhões, trezentos e vinte e

quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), conforme demonstrado no item 5.6 deste relatório.

**Quadro 14:** Variação do Saldo Patrimonial com Status (Financeiro)

Elementos	No Início de 2017	Até Dezembro de 2017	Diferença
Ativo Financeiro	R\$ 17.679.175,71	R\$ 24.722.844,80	R\$ 7.043.669,09
Passivo Financeiro	R\$ 973.722,83	R\$ 1.186.401,63	R\$ 212.678,80
<b>Saldo Financeiro</b>	<b>R\$ 16.705.452,88</b>	<b>R\$ 23.536.443,17</b>	<b>R\$ 6.830.990,29</b>

Fonte: Controladoria Geral - Anexo I

O variação patrimonial com status financeiro do quadrimestre ocasionou reflexo no patrimônio financeiro, assim demonstrado no quadro 15.

**Quadro 15.** Variação Patrimonial – Reflexo Financeiro

Ativo Disponível		Valor
Saldo Final	R\$	22.230.677,98
( - ) Saldo Inicial	R\$	(11.692.488,30)
<b>&gt;&gt;&gt;Aumento de Saldo</b>	<b>R\$</b>	<b>10.538.189,68</b>
Valores Restituíveis		Valor
Saldo Final	R\$	1.185.035,31
( - ) Saldo Inicial	R\$	(656.660,98)
<b>&gt;&gt;&gt;Diminuição de Saldo</b>	<b>R\$</b>	<b>528.374,15</b>
Ativo Realizável		Valor
Formação de Créditos	R\$	243.230.300,66
( - ) Recebimento de Créditos	R\$	(243.230.300,66)
<b>&gt;&gt;&gt;Aumento de Creditos</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
Movimento Passivo Financeiro		Valor
Formação de Dívidas	R\$	298.899.434,96
( - ) Recebimento de Créditos	R\$	(298.686.756,16)
<b>&gt;&gt;&gt;Aumento de Creditos</b>	<b>R\$</b>	<b>212.678,80</b>

Fonte: DETABALAN – SIAFEM - 2017

A variação positiva do grupo de “caixa e de equivalente de caixa”, de **R\$ 10.538.189,68** (Dez milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e oitos centavos), correlacionado com aumento do saldo de valores restituíveis de **R\$ 528.374,15** (quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e setenta e quatro reais e quinze centavos) e subtraído do aumento da dívida de **R\$ 212.678,80** (duzentos e doze mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) resulta na variação de **R\$ 6.830.990,29** (Seis milhões, oitocentos e trinta mil e novecentos e noventa reais e vinte e nove centavo), a mesma apresentada no saldo de variação patrimonial do total do ativo financeiro menos o passivo financeiro, implicando em coerência técnica e cumprimento aos artigos 85 e 89 da Lei Federal nº 4.320/64.

Destacamos que a variação das transferências recebidas e as despesas liquidadas resultantes do orçamento e não resultantes do orçamento e as anulações de restos a pagar processados conciliam com a variação em tela:

**Quadro 16:** Variação do saldo do ativo e passivo financeiro

Descrição		Valor
(+) Transferências Recebidas	R\$	225.532.280,28
(+) Receita Realizada	R\$	6.667.273,58
(+) Desincorporação de Passivos – Restos a Pagar	R\$	60.755,31
( - ) Despesa Liquidada – Exercício	R\$	(214.822.245,88)
( - ) Despesa Liquidada (RPNP)	R\$	(5.417.787,31)
( - ) Transferências Concedidas	R\$	-
(+-) Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$	5.189.285,69
(+) Restos a Pagar Processados (Cancelados)	R\$	-
<b>I – Variação Líquida (AF – PF)</b>	<b>R\$</b>	<b>6.830.990,29</b>
<b>AF e PF (Ativo Financeiro e Passivo Financeiro)</b>	<b>R\$</b>	<b>6.830.990,29</b>

Fonte: DETABAN – SIAFEM - 2017

A integridade da formação do passivo financeiro e os demonstrativos anteriores são confirmados através do confronto das adições e subtrações decorrentes do

orçamento e independentes do orçamento que afetam o saldo do passivo financeiro, conforme detalhado abaixo:

**Quadro 17: Formação do Passivo Financeiro**

<b>Descrição</b>		<b>Valor</b>
<b>I – Passivo Financeiro em 01.01.2017</b>	<b>R\$</b>	<b>973.722,83</b>
<b>II – Adições (Até Dezembro de 2017)</b>	<b>R\$</b>	<b>272.264.332,10</b>
Despesa Orçamentária Liquidada	R\$	214.822.245,68
Despesa Liquidada (RPNP)	R\$	5.417.787,31
Valores Restituíveis (Ajustado)	R\$	52.024.298,91
<b>III – Subtrações (Até Dezembro de 2017)</b>	<b>R\$</b>	<b>272.051.653,30</b>
Pagamento (Despesa Orçamentária)	R\$	214.820.879,38
Pagamento (Restos a Pagar)	R\$	5.674.093,85
Pagamento (Valores Restituíveis)	R\$	51.495.924,76
Restos a Pagar Processados Cancelados	R\$	60.755,31
<b>IV – Saldo Ajustado (Passivo Financeiro) (I + II – III)</b>	<b>R\$</b>	<b>1.186.401,63</b>
<b>V – Passivo Financeiro em 31.12.2017</b>	<b>R\$</b>	<b>1.186.401,63</b>
<b>VI – Diferença (IV – V)</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>

Dados extraídos: Fluxo financeiro e variação do Saldo Patrimonial Financeiro - SIAFEM 2017

**5.4 BALANÇO FINANCEIRO**

---



Ingressos			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
<b>Receita Orçamentária(I)</b>		<b>6.667.273,58</b>	<b>1.805.921,62</b>
Ordinária		6.667.273,58	1.805.921,62
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas(II)</b>		<b>225.532.280,28</b>	<b>218.941.519,48</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		225.532.280,28	218.941.519,48
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários(III)</b>		<b>302.721.430,77</b>	<b>281.131.079,26</b>
Inscrição RPP do Exercício		1.366,50	258.512,07
Inscrição RPNP do Exercício		9.138.346,35	7.320.732,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.829.537,06	39.800.877,74
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		250.510.890,55	228.987.353,24
Ajustes de exercícios anteriores		2.241.290,31	4.763.603,87
<b>Saldo do Exercício Anterior(IV)</b>		<b>12.349.149,28</b>	<b>14.403.171,04</b>
Caixa e equivalente de caixa		11.692.488,30	13.096.486,02
Depositos restit. e valores vinculados		656.660,98	1.306.685,02
<b>TOTAL (V)=(I+II+III+IV)</b>		<b>547.270.133,91</b>	<b>516.281.691,40</b>

Dispêndios			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
<b>Despesa Orçamentária(VI)</b>		<b>223.960.592,23</b>	<b>223.478.254,30</b>
Ordinária		223.960.592,23	223.478.254,30
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedida Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>299.893.828,57</b>	<b>280.454.287,82</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		256.306,54	1.034.193,33
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.417.787,31	5.344.512,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.301.162,91	40.450.901,78
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		246.487.995,81	228.987.353,24
Ajustes de Exercícios Anteriores		7.430.576,00	4.534.279,88
Anulação Restos a Pagar		0,00	103.046,85
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>23.415.713,11</b>	<b>12.349.149,28</b>
Caixa e equivalente de caixa		22.230.677,98	11.692.488,30
Depositos restit. e valores vinculados		1.185.035,13	656.660,98
<b>TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>547.270.133,91</b>	<b>516.281.691,40</b>

## 5.5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</u></b>			
<b>INGRESSO</b>		<b>232.199.553,86</b>	<b>220.747.441,10</b>
Receitas derivadas e originárias		1.474.019,62	1.203.722,56
Transferências correntes recebidas		225.532.280,28	218.941.519,48
Outros ingressos operacionais		5.193.253,96	602.199,06
<b>DESEMBOLSO</b>		<b>199.817.107,84</b>	<b>199.152.783,67</b>
Pessoal e demais despesas		199.737.929,65	197.601.544,02
Juros e encargos da dívida		79.178,19	1.551.239,65
Transferências concedidas		0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>32.382.446,02</b>	<b>21.594.657,43</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
<b>DESEMBOLSO</b>		<b>19.744.361,00</b>	<b>22.123.703,20</b>
Aquisição de Ativo não Circulante		19.744.361,00	22.123.703,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>-19.744.361,00</b>	<b>-22.123.703,20</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Créditos		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas depen		0,00	0,00
Transferências de capital recebidas		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
<b>DESEMBOLSO</b>		<b>933.504,39</b>	<b>1.001.229,09</b>
Amortização/Refinanciamento da Dívida		933.504,39	1.001.229,09
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)</b>		<b>-933.504,39</b>	<b>-1.001.229,09</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>11.704.580,63</b>	<b>-1.530.274,86</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		11.692.488,30	13.096.486,02
Caixa e Equivalente de caixa final		23.397.068,93	11.566.211,16
<b><u>QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</u></b>			
		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>			
Remuneração das Disponibilidades		1.474.019,62	1.203.722,56
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>1.474.019,62</b>	<b>1.203.722,56</b>
<b><u>QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</u></b>			

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	225.532.280,28	218.941.519,48
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>225.532.280,28</b>	<b>218.941.519,48</b>

**TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS**

Intergovernamentais		
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Outras transferências Concedidas	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
LEGISLATIVA	197.835.950,37	196.074.551,54
ADMINISTRACAO	1.901.979,28	1.526.992,48
<b>Total dos Des. de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>199.737.929,65</b>	<b>197.601.544,02</b>

**QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	79.178,19	1.551.239,65
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>79.178,19</b>	<b>1.551.239,65</b>

**QUADRO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS - DFC**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Saldo de Caixa e Equivalente de caixa final (Apurado da DFC)</b>	<b>23.397.068,93</b>	<b>11.566.211,16</b>
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	250.510.890,55	228.987.353,24
Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Crédito)	2.241.290,31	4.763.603,87
Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Crédito)	52.024.298,91	43.960.793,20
Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Crédito)	51.196.078,74	45.009.466,88
(-) Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Débito)	51.495.924,76	44.610.817,24
(-) Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Débito)	51.724.452,89	44.359.442,84
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Débito)	7.430.576,00	4.534.279,88
(-) Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	246.487.995,81	228.987.353,24
(-) Anulação de Restos a Pagar	0,00	103.046,85
<b>= Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa (Ajustado)</b>	<b>22.230.677,98</b>	<b>11.692.488,30</b>

## 5.6 DÍVIDA FLUTUANTE

Títulos	Saldo Exercício	Inscrição (b)	Pagamento	Reclassificação (d)	Saldo para Exercício
	Anterior (a)		Cancelamento (c)		Seguinte (e)
Restos a pagar					
Restos a Pagar Processados	313.557,58	1.366,50	313.557,58		1.366,50
Restos a Pagar Não Processados	7.324.446,61	9.138.346,35	7.324.446,61		9.138.346,35
<b>Subtotal</b>	<b>7.638.004,19</b>	<b>9.139.712,85</b>	<b>7.638.004,19</b>	<b>0,00</b>	<b>9.139.712,85</b>

  

Títulos	Saldo Exercício	Retenções (b)	Recolhimento (c)	Reclassificação (d)	Saldo para Exercício
	Anterior (a)				Seguinte (e)
Valores Restituíveis					
Valores Restituíveis - Consolidação	331.916,05	11.301.779,13	10.629.149,67	0,00	1.004.545,51
Valores Restituíveis - Intra OFSS	5.017,92	11.503.857,44	11.508.875,36	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	306.435,09	17.196.205,57	17.334.737,40	0,00	167.903,26
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	13.291,92	827.694,92	828.400,48	0,00	12.586,36
<b>Subtotal</b>	<b>656.660,98</b>	<b>40.829.537,06</b>	<b>40.301.162,91</b>	<b>0,00</b>	<b>1.185.035,13</b>
<b>Total Geral</b>	<b>8.294.665,17</b>	<b>49.969.249,91</b>	<b>47.939.167,10</b>	<b>0,00</b>	<b>10.324.747,98</b>

## 6. ÁREA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

### 6.1 – Demonstrativo da Despesa Orçamentária Paga

Conforme Balancete de Dezembro/2017, no decorrer do período, as despesas pagas foram na ordem de R\$ 214.820.879,38 (Duzentos e quatorze milhões, oitocentos e vinte e oitocentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos) até o 3º quadrimestre de 2017, conforme demonstramos no quadro 18:

#### Quadro 18: Demonstrativo da Despesa Orçamentária Paga

Descrição	Valor Pago
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	R\$ 152.944.136,95
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 435.326,45
Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	R\$ 34.793.224,70
Obrigações Fiscais à Curto Prazo	R\$ 692.345,52
Outras Obrigações à Curto Prazo	R\$ 25.955.845,76
- Indenizações à Servidores	R\$ 24.300.590,18
- Indenizações e Restituições Diversas	R\$ 12.012.521,29
- Suprimento de Fundos	R\$ -
- Diárias	R\$ 1.632.791,30
<b>TOTAL PAGO (Despesas Orçamentárias)</b>	<b>R\$ 214.820.879,38</b>

Fonte: SIAFEM 2017 - Anexo I

## 6.2 – Pagamentos Independentes da Execução Orçamentária

### 6.2.1 – Pagamento Restos a Pagar

De acordo com as informações contidas no Balancete de Dezembro/2017, o total de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos em 31/12/2016 perfizeram a monta de R\$ 7.638.004,19 (sete milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatro reais e dezenove centavos), dos quais foram cancelados até Dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.963.910,34 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil novecentos e dez reais e trinta e quatro centavos) e Pagos R\$ 5.674.093,85 (cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, noventa e três reais e oitenta e cinco centavos) restando um saldo a pagar de zero, no final do 3º quadrimestre 2017, de acordo com o demonstrado no quadro 19.

#### Quadro 19: Pagamento de Restos a Pagar

DESCRIÇÃO	INSCRITO	CANCELADO	VALOR PAGO	SALDO A PAGAR
RPP (Exercício Anterior)	R\$ 258.512,07	R\$ 2.205,53	R\$ 256.306,54	R\$ -
RPP(Exercícios Anteriores)	R\$ 55.045,51	R\$ 55.045,51	R\$ -	R\$ -
RPNP(Exercício Anterior)	R\$ 7.320.732,34	R\$ 1.902.945,03	R\$ 5.417.787,31	R\$ -
RPNP (Exercícios Anteriores)	R\$ 3.714,27	R\$ 3.714,27	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL INSCRITOS – PAGOS = SALDO A PAGAR</b>	<b>R\$ 7.638.004,19</b>	<b>R\$ 1.963.910,34</b>	<b>R\$ 5.674.093,85</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: SIAFEM 2017 - Anexo I e X

### 6.2.2 – Dispendios Extraorçamentários (Entradas Compensatórias no Ativo e Passivo Financeiro)

Com relação aos pagamentos referentes às entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, as mesmas foram efetuadas na ordem de R\$ 40.301.162,91 (Quarenta milhões, trezentos e um mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e um centavos), em conformidade com o quadro 20.

**Quadro 20:** Dispêndios Orçamentários – Entradas Compensatórias no Ativo e Passivo Financeiro

DESCRIÇÃO	VALOR PAGO
Valores Restituíveis (Consolidação)	R\$ 10.629.149,67
Valores Restituíveis (Intraorçamentária)	R\$ 11.508.875,36
Valores Restituíveis (Inter União)	R\$ 17.334.737,40
Valores Restituíveis (Inter Municípios)	R\$ 828.400,48
<b>TOTAL PAGO (Entradas Compensatórias no Passivo Financeiro)</b>	<b>40.301.162,91</b>

Fonte: SIAFEM 2017 - Anexo I

## 7. CONTAS DAS DESPESAS DE RESPONSABILIDADE

Nestas contas são registrados valores pendentes de regularizações, como: créditos por dano ao patrimônio, depósitos e valores em trânsito. O montante destes valores pendentes até o quadrimestre de referência totaliza recursos na ordem de R\$ 7.089.456,19 (Sete Milhões cento e oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e dezenove centavos), conforme Anexo XI, demonstrado no quadro 21:

**Quadro 21:** Contas de Despesas de Responsabilidade

1.1.3.4.1.02.00	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO APURADOS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	Compreende os valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em Tomada de Contas Especial.	R\$ 1.759.429,76
1.1.3.8.1.06.99	VALORES EM TRANSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	Registra os valores decorrentes de repasses recebidos ainda não contabilizados em caixa ou equivalentes de caixa ou saídas em caixa pendente de regularização orçamentária.	R\$ 1.307.131,69
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.066.561,45</b>

Fonte: Balancete de Verificação – Dezembro/2017 - Anexo I e XI

### 7.1. Créditos Por Danos ao Patrimônio

Conforme inscrição na Conta Contábil 113410200, trata-se de pendência junto a instituição financeira denominada Banco Rural S/A, que ao longo do exercício 2006 não conseguiu justificar o desaparecimento de R\$ 1.759.429,76 (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), recurso este aplicado nessa instituição.

Este Poder Legislativo, através da Advocacia Geral/ALE impetrou ação judicial, na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Velho, através de processo cautelar obtendo sentença favorável para este Poder, ao tempo que foi instaurado uma comissão de Tomada de Contas Especial através do Ato 1436/2008DRH/ALE.

A questão encontra-se em discussão judicial, conforme os autos do processo 001.2006.0206829-7, conforme Anexo XI que trata da Ação de Exibição de Documentos movida pelo Poder Legislativo do Estado, em decorrência do desaparecimento de determinado montante na conta ALERO junto aquela instituição financeira, razão pela qual o Poder Legislativo encontra-se impedido de realizar qualquer ato no sentido de regularização contábil até decisão judicial.

## **7.2. – Valores em Transito Realizáveis a Curto Prazo**

Conforme inscrição na Conta Contábil 113810600, o montante registrado em Valores em trânsito realizáveis a curto prazo refere-se a despesas de “INSS a Compensar” no montante de R\$ 1.307.131,69 (um milhão, trezentos e sete milhões, cento e trinta e um mil reais e sessenta e nove centavos), devido a diferenças acumuladas entre o valor informado na GFIP (valor devido) e os efetivamente pagos contabilizados como repasse/cota recebida para regularização orçamentária na Assembléia Legislativa de Rondônia.

Contudo, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através da Divisão de Contabilidade encontra-se em procedimento de levantamento analítico da conta “por Nota de Lançamento”, bem como realizando o confronto com as GFIPS, para posterior adoção de providencias de compensação dos valores pagos a maior.

Neste sentido, entendemos que a Superintendência Financeira deve envidar todos os esforços necessários, que são de ordem contábil para regularização das pendências apontadas, especialmente com relação a Pessoal e Encargos - INSS.

## 8. DEMAIS CONTAS À CURTO PRAZO

As contas de Valores restituíveis em curto prazo refletem as retenções, consignações e depósitos que ingressam nos cofres da entidade temporariamente, mas que deverão ser devolvidos a quem de direito em curto prazo, por representarem exigibilidades para o Órgão. Em 31.12.2017 o total de valores que deverão ser restituídos/devolvido aos credores era de 1.185.035,13 (Um milhão cento e oitenta e cinco mil e trinta e cinco reais e treze centavos). Ademais, são contas de obrigações em curto prazo, intituladas de ingressos extraorçamentários, de acordo com o Demonstrativo Sintético e Analítico de Valores Restituíveis – Passivo, Quadro 22 e 23:

**Quadro 22:** Demonstrativo Sintético Valores Restituíveis - Passivo

<b>218800000</b>	<b>Valores Restituíveis</b>	<b>R\$</b>	<b>1.185.035,13</b>
218810000	Valores Restituíveis Consolidação	R\$	1.004.545,51
218820000	Valores Restituíveis – Intra	R\$	-
218830000	Valores Restituíveis – Inter – OFSS	R\$	167.903,26
218850000	Valores Restituíveis – Inter – OFSS	R\$	12.586,36

**Fonte:** Balancete de Verificação – Dezembro/2017 - Anexo I



**Quadro 23:** Demonstrativo analítico (Valores Restituíveis - Passivo)

<b>21880000</b>	<b>VALORES RESTITUIVEIS</b>	<b>R\$</b>	<b>1.185.035,13</b>
<b>21881000</b>	VALORES RESITUIVEIS CONSOLIDADO	R\$	
<b>21881000</b>	<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>R\$</b>	<b>12.059,22</b>
218810102	INSS	R\$	-
218810103	ENCARGOS SOCIAIS- OUTRAS ENTIDADE	R\$	-
218810110	PENSAO ALIMENTICIA	R\$	6.588,17
218810113	RETENÇÕES – ENTIDADES REPRESENT	R\$	5.191,39
218810114	RETENÇÕES – PLANOS DE SEGUROS	R\$	-
218810115	RETENÇÕES – EMPRESTIMOS E	R\$	-
218810199	OUTROS CONSIGNATARIOS	R\$	279,66
<b>218810115</b>	<b>DEPOSITOS JUDICIAIS</b>	<b>R\$</b>	<b>287.045,23</b>
218810200	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DET. JUDICIAL	R\$	-
218810201	OUTRAS RETENÇÕES JUDICIAIS	R\$	-
218810300	DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	R\$	287.045,23
<b>218810603</b>	<b>VALORES RESTITUIVEIS – INTRA</b>	<b>R\$</b>	<b>705.441,06</b>
218810601	CAUÇÃO E GARANTIAS	R\$	645.297,56
218810606	CREDORES – ORDENS BANCARIAS	R\$	-
218810607	SALARIO NÃO RECLAMADO	R\$	-
218810699	OUTROS DEPOSITOS A QUEM DE DIREITO	R\$	-
218819900	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	R\$	60.143,50
<b>218820000</b>	<b>VALORES CONSIGNAÇÕES – INTER</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
218820101	IPERON SERVIDORES	R\$	-
<b>218830000</b>	<b>VALORES RESTITUIVEIS – INTER</b>	<b>R\$</b>	<b>167.903,26</b>
218830100	CONSIGNAÇÕES	R\$	167.903,26
218830103	INSS SERVIDORES	R\$	0,01
218830105	INSS PESSOA JURIDICA	R\$	9.575,49
218830114	IRRF/SERVIDORES	R\$	148.033,06
218830116	IRRF/TERCEIROS PESSOA FISICA	R\$	-
218830118	IRRF/TERCEIROS PESSOA JURIDICA	R\$	10.294,70
218830600	DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	R\$	-
218850000	VALORES RESTITUIVEIS – INTER	R\$	12.586,36
218850100	<b>VALORES RESTITUIVEIS – INTER</b>	<b>R\$</b>	<b>12.586,36</b>

Fonte: Balancete Dezembro/2017-SIAFEM

### 8.1 Análise do desempenho da Conta Valores Restituíveis

Conforme demonstrado no Relatório de Auditoria e Inspeção nº. 02/CG/2016, referente ao 3º Quadrimestre do Exercício de 2016, a posição da Conta Valores Restituíveis totalizava o montante de R\$ 656.660,98 (seiscentos e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais e noventa e oito centavos), entretanto, percebe-se que no

encerramento do Exercício de 2017 houve um incremento na ordem de R\$ 1.185.035,13 (Um milhão cento e oitenta e cinco mil e trinta e cinco reais e treze centavos), representando um aumento de obrigações no percentual em 56% (cinquenta e seis por cento) em relação ao saldo final do exercício financeiro de 2016.

## 9. DA DIVIDA DO IPERON

A Assembleia Legislativa/RO regulamentou através da Lei Nº 3.689 de 14 de dezembro de 2015, publicada em Diário oficial do Estado de Rondônia nº 2842, de 14 de dezembro de 2015, o pagamento referente à Dívida deste Poder Legislativo com a instituição IPERON, que autoriza a contratar em 240 parcelas, e inscrita na nomenclatura denominada Dívida Fundada - Operações de Crédito Interna, esta operação corresponde ao período de 1º janeiro/1995 a 31 dezembro/2006, a seguir apresentamos a regressão do débito junto a instituição conforme quadro 24:

**Quadro 24:** Demonstrativo da Dívida Fundada – IPERON

VALOR INSCRITO EM DIVIDA FUNDADA 2007 – RES – 069/2007			R\$ 37.706.562,60
Ajuste para reparcelamento de Saldo (Lei Nº. 3689 de 14.12.2015)			R\$ 15.169.857,76
Cancelamento parcial para atendimento do acordo 0496 e 0502/2016			R\$ 1.951.775,43
SALDO REMANESCENTE >>>>			R\$ 20.584.929,41
EXERCICIO	JUROS E ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL PAGO
2007	R\$ -	R\$ 2.073.096,64	R\$ 2.073.096,64
2008	R\$ 533.578,10	R\$ 1.885.328,16	R\$ 2.418.906,26
2009	R\$ 944.813,18	R\$ 1.885.328,16	R\$ 2.830.141,34
2010	R\$ 1.360.748,42	R\$ 1.885.328,16	R\$ 3.246.076,58
2011	R\$ 1.867.576,42	R\$ 1.885.328,16	R\$ 3.752.904,58
2012	R\$ 2.155.503,58	R\$ 1.728.217,48	R\$ 3.883.721,06
2013	R\$ 2.989.285,01	R\$ 1.885.328,16	R\$ 4.874.613,17
2014	R\$ 3.616.000,00	R\$ 1.885.328,16	R\$ 5.501.328,16
2015	R\$ 4.486.056,13	R\$ 1.885.328,16	R\$ 6.371.384,29
2016	R\$ 1.551.239,65	R\$ 1.001.229,09	R\$ 2.552.468,74
2017	R\$ 76.286,30	R\$ 933.504,39	R\$ 1.009.790,69
<b>TOTAL PAGO POR EXERCICIO</b>	<b>R\$ 19.581.086,79</b>	<b>R\$ 18.933.344,72</b>	<b>R\$ 38.514.431,51</b>
<b>SALDO A PAGAR DIVIDA FUNDADA EM 31.12.2017</b>			<b>R\$ 1.651.584,69</b>

Fonte: Conciliação SIAFEM – Dezembro/2017 – Controladoria Geral/ALE

Os pagamentos da dívida com instituto de previdência social até o período de referência, perfazem o montante de R\$ 38.514.431,51 (Trinta e oito milhões quinhentos e quatorze mil quatrocentos e trinta e uma reais e cinquenta e um centavos).

No decorrer do Exercício de 2017, foram dispendidos valores financeiros em R\$ 1.009.431,51 (Um milhão e nove milhões, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), total este que comporta o principal mais juros e encargos, que respectivamente perfizeram R\$ 76.286,30 (Setenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta centavos) de amortização e R\$ 933.504,39 (Novecentos e trinta e três mil quinhentos e quatro reais e trinta e nove centavos) de juros e encargos.

Contudo, no final do exercício de 2015, foi realizado um reparcelamento da dívida por meio da Lei nº 3.689, de 14.12.2015, e os ajustes referentes a este parcelamento foram realizados no Exercício de 2017 no montante de R\$ 15.169,857,76 ( Quinze milhões, cento e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos) e cancelamento parcial para atendimento do acordo 0496 e 502/2016 R\$ 1.951.775,43 ( Um milhão novecentos e cinquenta e um mil setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) , perfazendo um saldo de dívida de R\$ 1.651.584,69 (Um milhão seiscentos e cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

## **10. RECURSOS HUMANOS**

### **10.1 – Gastos com Despesa de Pessoal**

Com bases nas informações extraídas diretas do SIAFEM através da consulta orçamentária, transação CONSULTORC, verificamos que foi autorizado uma despesa com pessoal (GND 1 – Pessoal e encargos sociais) no valor de R\$ 140.395.257,79 (cento e quarenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) do qual foram empenhadas R\$ 138.684.080,61 (

Cento e trinta e oito milhões, seiscentos e oitenta quatro mil, e oitenta e reais e sessenta e um centavos) e pagamento no valor de R\$ 138.679.217,50 (Cento e trinta e oito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos), restando saldo orçamentário até o encerramento do Exercício em R\$ 1.711.177,18 (Um milhão, setecentos e onze mil, cento e setenta e sete reais e dezoito centavos), conforme demonstrado no quadro 25:

**Quadro 25:** GND – Pessoal e Encargos Sociais

<b>GND – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>Valor</b>
Despesa Autorizada	R\$ 140.395.257,79
Despesa Empenhada	R\$ 138.684.080,61
<b>= Saldo Orçamentário</b>	<b>R\$ 1.711.177,18</b>
Despesa Paga	R\$ 138.679.217,50
<b>= Restos a Pagar</b>	<b>R\$ 4.863,11</b>

Fonte: QDD/DivePort- Dezembro/2017

## 11. ÁREA PATRIMONIAL

A movimentação patrimonial consolidada e individual dos Bens Móveis e Imóveis, com base nos registros do SIAFEM e Balancete de Almoxarifado e Patrimônio a Conta Ativo Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis apresenta saldo final total em R\$ 101.814.008,09 (Cento e um milhões oitocentos e quatorze mil e oito reais e nove centavos), conforme quadro demonstrado nos quadros 29 e 30.

**Quadro 29:** Demonstrativo Consolidado do Ativo não Circulante – Imobilizado (Bens Móveis e Bens Imóveis)

ATIVO NÃO CIRCULANTE	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DÉBITO	(-) DEPRECIACÃO	MOVIMENTO CREDITO	SALDO FINAL
<b>Imobilizado</b>	<b>R\$ 85.568.639,28</b>	<b>R\$ 23.565.901,41</b>	<b>R\$ 782.886,40</b>	<b>R\$ 6.537.646,20</b>	<b>R\$ 101.814.008,09</b>
Bens Móveis	R\$ 11.530.573,56	R\$ 928.511,01	R\$ 782.886,40	R\$ 2.585.947,28	R\$ 9.090.250,89
Bens Imóveis	R\$ 74.038.065,72	R\$ 22.637.390,40	R\$ -	R\$ 3.951.698,92	R\$ 92.723.757,20

**Fonte:** Balancete de Verificação Anexo I, III, IV e V

**Quadro 30:** Divisão de Almoxarifado e Patrimônio – ALE (Anexo VII)

ATIVO NÃO CIRCULANTE	SALDO INICIAL	INCORPORAÇÕES	(-) DEPRECIACÃO	BAIXA	SALDO FINAL
<b>Imobilizado</b>	<b>R\$ 101.633.897,88</b>	<b>R\$ 2.086.146,60</b>	<b>R\$ 742.329,97</b>	<b>R\$1.163.706,42</b>	<b>R\$ 101.814.008,09</b>
Bens Móveis	R\$ 10.113.853,68	R\$ 882.433,60	R\$ 742.329,97	R\$ 1.163.706,42	R\$ 9.090.250,89
Bens Imóveis	R\$ 91.520.044,20	R\$ 1.203.713,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 92.723.757,20

**Fonte:** Balancete de Verificação Anexo I, IV e V

A análise dos dados físicos, financeiros e contábeis, referente ao patrimônio imobilizado do Poder Legislativo apresenta integridade e conformidade com as Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme conciliação no sistema de patrimônio e contábil, de acordo com o quadro 31:

**Quadro 31:** Quadro Diferença (Imobilizado SIAFEM x Divisão de Almoxarifado – ALE)

ATIVO NÃO CIRCULANTE	PATRIMONIO (CONTABIL)	PATRIMONIO (FISICO)	DIFERENÇA APURADA
Imobilizado	R\$ 101.814.008,09	R\$ 101.814.008,09	R\$ 0,00

**Fonte:** Balancete de Verificação Anexo I, IV e V

Após análise dos documentos contábeis expedidos pelo SIAFEM, conciliados com o Inventário Físico Financeiro de Almoxarifado e Patrimônio, relativos ao Exercício de 2017, verificamos que o saldo de bens móveis informados no Inventario Físico e Financeiro

expedido pela Divisão de Almoxarifado e Patrimônio/ALERO, apresenta conformidade com o saldo registrado no SIAFEM em 31 de Dezembro de 2017.

Em cumprimento a norma estabelecida pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.136 de 21.11.2008, que aprovou a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. Norma editada em observância às diretrizes definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, através da Portaria nº 184, de 25 de Dezembro de 2008, e alterações posteriores, e seus efeitos passaram a ser observados de forma obrigatória, no âmbito do setor público, para os fatos ocorridos a partir de 01.01.2010, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aplicou os procedimentos de reavaliação de bens patrimoniais, bem como a depreciação por categoria patrimonial.

## **11.2. FROTA DE VEÍCULOS**

De acordo com o Inventário Físico Financeiro e o controle da Divisão de Transportes/ALE, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia tem incorporado 80 (cento e doze) veículos de tração mecânica que totalizam **R\$ 4.600.279,17** (quatro milhões, seiscentos mil, duzentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), conforme relacionados no Anexo V, até o período auditado as incorporações de **01 (um)** veículo de tração mecânica, adquiridos através de procedimento licitatório.

No decorrer do Exercício de 2017, o período entre o 2º e 3º Quadrimestre do Exercício de 2017, foi realizado procedimento de baixa patrimonial de 15 (quinze) veículos, totalizando R\$ 16.741,85 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), conforme Processo Administrativo Nº 00011964/2017 – 54, em atendimento ao Processo de Tomada de Contas Especial nº 2184/2014, encaminhado a Corte de Contas, com Acórdão APL-TC 00192/17, que opinou pela baixa dos bens patrimoniais, com procedimentos de desincorporação física, financeira e patrimonial no Sistema de Controle Patrimonial e Contábil no SIAFEM, cujos reflexos

serão demonstrados no relatório do 3º Quadrimestre, procedimento realizado conforme 2017NL01907, de 29 de setembro de 2017.

Foram efetivas baixas patrimoniais de bens , classificados como inservíveis, denominados como Veículos de Tração Mecânica, pela modalidade de doação, conforme processo administrativo nº 12199/2017-21, autorizada nos termos da Lei Nº 3960/2016, no total de 17 (dezesete) veículos, no montante de R\$ 677.344,87 (seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos, desincorporados por meio da 2017NL02192, de 13 de novembro de 2017.

Ainda, a baixa patrimonial por sinistro de 01 (um) veículo, conforme processo 11229/2014-14, no valor de R\$ 178.766,25 (cento e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos, desincorporados por meio da 2017NL01581, de 16 de agosto de 2017.

As baixas e desincorporações patrimoniais de veículos de tração mecânica totalizaram R\$ 870.437,97 (oitocentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos).

### **11.2.1 – DOCUMENTAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS**

Analisada parte documental da frota ativa de veículos em relação aos licenciamentos junto a Departamento Estadual de Trânsito, bem como a regularidade patrimonial quanto a correta incorporação, emplaquetamento, Termos de Responsabilidade e cautelas da guarda patrimonial, constatou-se que os veículos se encontram devidamente atualizados e regulares.

## **12. DESPESAS COM COMBUSTÍVEL**

De acordo com os documentos fornecidos pelo Setor de Transportes, a ALE/RO, adquiriu até 31.12.2017, o montante acumulado em R\$ 261.328,70 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta centavos) de combustíveis e

lubrificantes, para manter a frota de veículos ativa do Poder Legislativo, conforme informado pelo Chefe da Divisão de Transportes da ALERO, Anexo V.

## 15. ALMOXARIFADO

O Estoque da ALERO, conforme dados extraídos do SIAFEM, Balancete Mensal com posição em Dezembro/2017 conciliado com Inventário Físico Financeiro da Divisão de Almojarifado e Patrimônio, apresentando saldo atualizado de R\$ 401.121,69 (quatrocentos e um mil, cento e vinte e um reais e sessenta e nove centavos), conciliando com os dados apresentado no Balancete Mensal de Almojarifado, conforme Anexo III.

Esta área evidencia as alterações verificadas no Almojarifado, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado do período, com posição em 31 de Dezembro/2017, conforme demonstrado no quadro 32:

### Quadro 32: Saldo Apurado em Balancete de Almojarifado

SALDO BALANCETE ALMOXARIFADO		
Movimentação		Valor
I – Saldo Final Dezembro/2017 – (Balancete de Almojarifado – Físico)	R\$	401.121,69
II – Saldo Final Dezembro/2017 – (Balancete SIAFEM – Contábil)	R\$	401.121,69
III – Diferença Teórica (I – II)	R\$	0,00

Fonte: Balancete Mensal/Dezembro 2017/SIAFEM – Anexo I e III

De acordo com o demonstrado a valor contábil comparado com os valores físicos verificados estão equiparados, implicando coerência técnica e cumprimento aos artigos 85 e 89 da Lei federal nº 4.320/64.



## 15.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.230.677,98	11.692.488,30
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Valores Restituíveis		1.185.035,13	656.660,98
Demais Créditos a Curto Prazo		3.470.282,09	7.573.323,49
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		401.121,69	470.063,24
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		27.287.116,89	20.392.536,01
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP		0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		101.814.008,09	85.568.639,28
Bens Moveis		9.832.580,86	11.530.573,56
Bens Imoveis		92.723.757,20	74.038.065,72
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.		-742.329,97	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.		0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis		0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		101.814.008,09	85.568.639,28
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>129.101.124,98</b>	<b>105.961.175,29</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trab. e Previdenciárias		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Fornec e Contas a Pagar Curto Praz		1.366,50	317.061,85
Obrigações Fiscais a CP		0,00	0,00
Valores Restituíveis		1.185.035,13	656.660,98
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		1.186.401,63	973.722,83
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trab. e Previdenciárias		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos LP		0,00	4.465.056,48
Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		1.651.584,69	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações de Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		1.651.584,69	4.465.056,48
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.837.986,32</b>	<b>5.438.779,31</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiant P/ Futuro Aumento de Capita		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados			
Superavit/Déficits do Exercício		32.095.278,33	40.336.512,59
Superáv/Défic de Exerc Anter		108.275.950,01	67.939.437,42

Ajustes de exerc anteriores	-14.108.089,68	-7.753.554,03
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	126.263.138,66	100.522.395,98
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>129.101.124,98</b>	<b>105.961.175,29</b>

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO (I)</b>		
Ativo Financeiro	24.722.844,80	12.349.149,28
Ativo Permanente	104.378.280,18	93.612.026,01
Total do Ativo	129.101.124,98	105.961.175,29
<b>PASSIVO (II)</b>		
Passivo Financeiro	10.324.747,98	8.294.665,17
Passivo Permanente	1.651.584,69	4.465.056,48
Total do Passivo	11.976.332,67	12.759.721,65
<b>SALDO PATRIMONIAL (III)=(I-II)</b>	<b>117.124.792,31</b>	<b>93.201.453,64</b>

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
Diárias Concedid(Pendente Prest Con	13.900,00	7.720,00
Outras Responsabilidades de Terceir	2.044.383,68	2.044.383,68
Total dos Atos Potenciais Ativos	2.058.283,68	2.052.103,68
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

**QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FONTES DE RECURSOS</b>		
Ordinária	14.398.096,82	4.054.484,11
Vinculado	0,00	0,00
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>14.398.096,82</b>	<b>4.054.484,11</b>

## 16. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

O Grupo contém Diversas Contas de Despesas de Responsabilidade por Títulos e Valores em Poder de Terceiros, tais valores são de responsabilidade do tomador e/ou servidor que após a realização das aplicações, devem ser objeto de prestação de contas, caso contrário deve haver ressarcimento a este Poder, pelos responsáveis, dos valores não comprovados.

O valor concedido do exercício sob Regime de Adiantamento referente ao 3º Quadrimestre 2017 importa em R\$ 1.632.791,30 (Um milhão seiscentos e trinta e dois mil, setecentos e noventa e um reais e trinta centavos), conforme abaixo demonstrado no quadro 33:

### Quadro 33: Concessão de Regime de Adiantamentos

DESPESAS DO EXERCÍCIO 2017			
CONTA	NOMECLATURA	VALOR	
868910300	Suprimento Individual	R\$	-
868910200	Diárias	R\$	1.632.791,30
TOTAL DAS DESPESAS DE RESPONSABILIDADE		R\$	1.632.791,30

Fonte: Balancete Mensal – Dezembro/2017/SIAFEM/Anexo I, IX e X

## 16.1 – SUPRIMENTO DE FUNDOS

A despesa com Suprimento de Fundos, encontra-se no âmbito do Poder Legislativo, instituída e regulamentada pela Resolução N. 235, de 03 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial Eletrônico –ALE/RO do dia 9 de abril de 2013, Anexo X, elaborado por esta Controladoria Geral, com a finalidade de normatizar a aplicação de Suprimento de Fundos, a partir da sua vigência, não houve movimentação de autorização, mantendo-se saldo zero, conforme Anexo X.

Oportuno esclarecer, que o Poder Legislativo encontra-se sem movimentação de concessão de Suprimento de Fundos, desde a edição da resolução retromencionada, elaborada pela Controladoria Geral da ALE, com a finalidade de coibir de todas as formas a realização de despesas em regime de adiantamento, obrigando assim ao planejamento de necessidades e compras.

## 16.2 – DIÁRIAS

As despesas com concessão e autorização de Diárias encontram-se regulamentadas pela Resolução n. 327, de 9 de março de 2016, publicada em DO-e-ALE/RO N. 42 do dia 10 de março de 2016, alterada pela Resolução Nº 333, de 30 de março de 2016, publicada em DO-e-ALE/RO N. 56 do dia 1 de abril de 2016 e

Resolução n. 336, de 20 de abril de 2016, publicada em DO-e-ALE/RO N. 69 do dia 25 de abril de 2016.

As despesas relacionadas a movimentação de Diárias a diversos servidores totalizam acumulado de R\$ 1.671.966,30 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e seis Reais e trinta centavos), sendo concedidos em exercícios anteriores o montante de R\$ 121.155,00 (Cento e Vinte e um mil cento e cinquenta e cinco reais), o total de R\$ 981.617,09 ( Novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e nove centavos) referente ao 2º Quadrimestre do Exercício, acrescentado o montante de R\$ 651.174,21 (seiscentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e um centavos) para a concessão ocorrida no 3º Quadrimestre de 2017, totalizando o montante geral de valores dispendidos a títulos de Diárias em R\$ 1.753.946,30 (um milhão, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos).

Deduz-se desse total, o valor de R\$ 81.980,00, (oitenta e um mil, novecentos e oitenta reais), referentes a Inscrição/Baixa Insc. Indevida/Transferência de Saldo, objeto de Tomada de Contas Especial, conforme Processo 002/2015 – SPDO 8461/2015, visto e relatado pela Corte de Contas, originando o Acórdão –APL –TC 00337/17, que extinguiu o feito, sem julgamento do mérito.

Por fim, o valor final inscrito a título de saldo de concessão de diárias concedidas em Exercícios Anteriores e no Exercício, totalizam o montante de R\$ 1.671.966,30 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), conforme quadro 34:

**Quadro 34:** Diárias Acumuladas concedidas

<b>DIÁRIAS ACUMULADAS CONCEDIDAS</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo de Exercícios Anteriores	R\$ 121.155,00
Concedidas no 1º Quadrimestre/2017	R\$ 349.438,79

Concedidas no 2º Quadrimestre/2017	R\$	632.178,30
Concedidas no 3º Quadrimestre/2017	R\$	651.174,21

<b>Sub Total</b>	<b>R\$</b>	<b>1.753.946,30</b>
------------------	------------	---------------------

Inscrição/Baixas Insc. Indevida/Transf. Saldo – TCE	(R\$	81.980,00)
---	------	------------

<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.671.966,30</b>
--------------	------------	---------------------

**Fonte:** Relatório de Auditoria 3º Quadrimestre. DivePort/SIAFEM – Dezembro/2017

### 16.2.1. HOMOLOGAÇÃO DE DIARIAS EXERCÍCIOS ANTERIORES

O total inscrito em valores concedidos em Exercícios Anteriores, conforme conciliação de dados disponíveis no SIAFEM e DivePort é de R\$ 121.155,00 (Cento e Vinte e um mil cento e cinquenta e cinco reais), até o encerramento do 3º Quadrimestre/2017, composto conforme Quadro 35:

#### Quadro 35: Movimentação de Diárias

MOVIMENTAÇÃO DE DIARIAS	VALORES	
DIÁRIAS CONCEDIDAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$	121.155,00
VALORES HOMOLOGADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES EM TCE	(R\$	81.980,00)
HOMOLOGADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(R\$	28.875,00)
<b>VALORES PENDENTES DE HOMOLOGAÇÃO</b>	<b>R\$</b>	<b>10.500,00</b>

**Fonte:** Relatório de Auditoria 3º Quadrimestre. DivePort/SIAFEM – Dezembro/2017

Observa-se que o saldo concedido de Exercícios Anteriores em R\$ 121.155,00 (Cento e Vinte e um mil cento e cinquenta e cinco reais), é composto por R\$ 81.980,00 (oitenta e um mil, novecentos e oitenta Reais) referente a Diárias concedidas no período compreendido entre os exercícios de 2005 a 2015, com situação de pendência de prestação de contas, objeto de Tomada de Contas Especial, Processo 002/2015 – SPDO 8461/2015 – Volumes I a IV.

Até o encerramento do 3º quadrimestre do exercício de 2017, foram homologados o total de R\$ 28.875,00 ( Vinte e Oito Mil oitocentos e setenta e cinco reais), de processos diversos e R\$ 81.980,00 (oitenta e um mil, novecentos e oitenta Reais), totalizando homologação no montante de R\$ 110.655,00 (cento e dez mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), com saldo pendente de homologação em R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais), para homologação até o encerramento do 3º quadrimestre do Exercício de 2017.

### **6.2.3. DIÁRIAS HOMOLOGADAS DO EXERCICIO**

Foram inscritos em valores concedidos até o 3º Quadrimestre do Exercício de 2017, o total de R\$ 1.632.791,30 (Um milhão seiscentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e um , setecentos e noventa e um reais e trinta centavos), foram homologados o total de R\$ 1.612.991,30 (Um milhão seiscentos e doze mil novecentos e noventa reais e trinta e centavos), representando 99% de homologação e baixa em relação ao montante inscrito, restando o saldo de R\$ 19.800,00 (Dezenove mil, oitocentos reais), representando 1% de valor inscrito a regularizar e baixar até o encerramento do 3º Quadrimestre Exercício de 2017.

### **16.2.4. DIÁRIAS INSCRITAS EM PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ANALISE**

Do total inscrito em valores concedidos acumulados até o 3º quadrimestre do Exercício de 2017, no montante de R\$ 1.671.966,30 (um milhão e seiscentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), a conta Prestação de Contas em Análise aponta o saldo inscrito de R\$ 4.200,00 (Quatro mil, duzentos reais), representando 1% em relação ao montante inscrito, que deverá ser regularizado, homologado e baixado durante o Exercício de 2018.

#### **16.2.5. DIÁRIAS PENDENTES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Conforme dados do Diver Port –SIAFEM, anexo IX, o saldo inscrito em Pendente de Prestação de Contas até o 3º Quadrimestre de 2017, totaliza o montante de R\$ 13.900,00 (Treze mil e novecentos reais), composto pelo saldo inscrito referente a 03 (Três) servidores do Poder Legislativo.

Em consulta ao Sistema ao Sistema de Controle de Diárias, verificou-se que os valores inscritos como pendentes de prestação de contas, apontados neste relatório referem-se a Diárias concedidas a servidores e parlamentares que se encontravam dentro do prazo de prestação de contas de 10 (dez) dias, no encerramento do 3º Quadrimestre/2017, em conformidade com o disposto no art. 8º, da Resolução N. 327/2016.

#### **17. DAS INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS DE LICITAÇÃO**

A Licitação, procedimento obrigatório, regra geral, para as contratações feitas pelo Poder Público, tem por objetivo assegurar que estas selecionarão sempre a melhor proposta com as melhores e mais vantajosas condições para a Administração, salvaguardando, também, o direito à concorrência igualitária entre os participantes do certame, a publicação dos atos, assegurando a transparência e probidade do mesmo, entre outros.

A obrigatoriedade de licitação é, inclusive, mandamento da Magna Carta, contido no inciso XXI do artigo 37.

Pelo fato dos administradores agirem em nome do interesse público, e por estarem lidando com bens e direitos de titularidade alheia, também devem se submeter, inegavelmente, aos princípios que regem a Administração Pública, quais sejam, entre eles, os da constitucionalidade, da legalidade e da transparência.

Existem, entretanto, determinadas hipóteses em que, legitimamente, os contratos são celebrados diretamente com a Administração Pública, sem a realização da licitação. Na legislação, encontram-se duas situações distintas em que tal situação se verifica: a inexigibilidade de licitação ou sua dispensa.

Nos casos em que a lei autoriza a não realização da licitação diz-se ser ela dispensável, com previsão no artigo 24 da Lei 8.666/93, o qual indica as hipóteses em que o certame seria juridicamente viável, embora a lei dispense o administrador de realizá-la.

Já no que se refere às hipóteses de inexigibilidade, a licitação é inviável, ou seja, impossível de ser realizada, tendo em vista fatores que impedem a competitividade, conforme previsto no artigo 25 da Lei 8.666/93.

A licitação, no caso de inexigibilidade, seria inteiramente descabida em face da inviabilidade de competição, ou porque o objeto perseguido é singular, não existindo outro similar, ou porque singular é o ofertante do serviço ou o produtor/fornecedor do bem desejado. Em suma, um único particular está em condições de atender ao interesse público. O pressuposto aqui é a própria impossibilidade de competição.

Desta forma, tanto a dispensa quanto a inexigibilidade se situam na exceção do mandamento constitucional contido no artigo 37, XXI, sendo caracterizadas como ressalvas específicas na legislação, mas que, nem por isso, podem fugir à máxima de obtenção do melhor proveito possível pela Administração Pública.

### **17.1. DAS INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Conforme dados disponibilizados no SIAFEM, Conta Contábil 522920407 – Licitação Inexigível, encontra-se registrado o volume empenhado de R\$ 643.211,87 (Seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e onze reais e oitenta e sete centavos) a título de despesas contratadas e executadas através da modalidade de Inexigibilidade de Licitação, até o 3º Quadrimestre 2017, com pagamento de R\$ 547.314,59 (Quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta e nove



centavos), e saldo a pagar inscrito na Conta Contábil 622920407 – Licitação Inexigível, no montante de R\$ 95.897,28 ( Noventa e Cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 25, da Lei de Licitações.

Conforme análise dos processos em comento, todos foram submetidos a apreciação e parecer favorável emitido pela Douta Advocacia Geral da Assembleia Legislativa, a quem cabe o dever de resguardar quanto a legalidade dos atos praticados, com os Avisos de Inexigibilidade de Licitação devidamente autorizados pela autoridade competente e publicado em diário Oficial, nos termos da legislação publica aplicada e da Lei de Licitações.

## **17.2. DAS DISPENSAS DE LICITAÇÃO**

Conforme dados disponibilizados no SIAFEM, Conta Contábil 522920406 – Dispensa de Licitação, encontra-se registrado o volume de R\$ 3.868.754,52 (três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) a título de despesas contratadas e executadas através da modalidade de Dispensa de Licitação, com pagamento de R\$ 3.619.982,67 (Três milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos), nos termos do art. 24 da Lei de Licitações, com saldo a pagar inscrito na Conta Contábil 622920406 – Licitação Inexigível, no montante de durante o 2º Quadrimestre/2017 em R\$ 248.771,85 (Duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos)

Conforme análise dos processos em comento, todos foram submetidos a apreciação e parecer favorável emitido pela Douta Advocacia Geral da Assembleia Legislativa, a quem cabe o dever de resguardar quanto a legalidade dos atos praticados, com os Avisos de Dispensa de Licitação devidamente autorizados pela autoridade competente e publicado em diário Oficial, nos termos da legislação publica aplicada e da Lei de Licitações.

## 18. DAS COMISSOES

A Mesa Diretora ALE/RO, até o 3º Quadrimestre de 2017, no cumprimento de sua missão, instaurou 16 (Dezesseis) comissões de trabalhos especiais, seja como Tomada de Contas, Comissão de Responsabilidade, Comissões de Recebimento de bens e Serviços e Comissões Especiais, tecnicamente desempenhadas por servidores competentes com o intuito de receber bens e serviços e apurar a responsabilidade de pessoa física e/ou jurídica, que a seguir relacionamos:

- ✓ Comissão de Publicidade, com validade até 31 de dezembro de 2017;
- ✓ Comissão Permanente de Licitação – CPL;
- ✓ Comissão permanente do Pregão – CPP;
- ✓ Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Bens de Consumo e Bens Permanentes da ALE, com validade até dezembro de 2017;
- ✓ Comissão de Gerenciamento e Fiscalização de Obra e Serviços de Engenharia da ALE, com validade até dezembro de 2017;
- ✓ Comissão de Reavaliação de Bens da ALERO, com validade até dezembro de 2017;
- ✓ Comissão de Informática, com validade até dezembro de 2017;
- ✓ Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do programa de Bolsa Estágio e Projeto básico do programa Jovem Aprendiz;
- ✓ Comissão de recebimento dos serviços de Clippagem validade até dezembro de 2017.
- ✓ Comissão de Acompanhamento Fiscalização e Recebimento.
- ✓ Comitê de Gestor de Programas para Gestão do Plano Plurianual.
- ✓ Comitê de Gerentes de Programas Para Gestão do Plano Plurianual.
- ✓ Comitê Especial para Realizar Estudos na Legislação (Concurso Público).
- ✓ Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais.
- ✓ Comissão Multidisciplinar de Projeto Básico e Termo de Referência.
- ✓ Comissão para Recebimento do Acervo Fotográfico Histórico ALE.

## **19. DA CONTROLADORIA E DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO**

Atualmente, a equipe da Controladoria Geral é composta por 08 (oito) servidores, sendo 02 (dois) servidores de carreira, tendo em seu corpo técnico 04 (quatro). Contadores e 01 (um) Advogado.

Embora a Controladoria Geral não tenha quadro de Auditores Públicos concursados, vem exaustivamente buscando a excelência do controle público com a missão de resguardar o erário, atendo aos Princípios Públicos basilares legais e constitucionais afetos a área de controle interno, praticando todos os atos necessários em caráter orientativo, preventivo e corretivo, conforme amplamente demonstrado.

## **20 ROL DE RESPONSÁVEIS**

Nos termos da Instrução Normativa 013/T TCER – 2004, Art. 7º, inciso II, letra “b”, 4, o Rol de responsáveis, Anexo TC-28, encontram-se disponibilizadas no Anexo XII.

## **21 CONCLUSÃO**

Os trabalhos de auditoria focaram aspectos relacionados à conformidade, à eficiência e à eficácia da Execução do Plano Plurianual; aspectos relacionados com a gestão financeira e equilíbrio do orçamento e planejamento, recomendando melhorias nos processos conforme as constatações, jurisprudências e boas práticas identificadas.

Com base nas análises e verificações podemos constatar a conformidade geral na execução orçamentária, financeira e patrimonial. Conclusão esta que reflete a diligência dos agentes responsáveis pelos diversos setores, que atenderam as prerrogativas constitucionais da boa gestão administrativa pública, prestando informações que julgamos serem necessárias para o desenvolvimento deste relatório,

pois se tratam de questões que favorecerem o alcance de melhores resultados na aplicação de recursos públicos, pela avaliação prévia das ações desta Gestão.

Assim o trabalho diário desta Controladoria cujo objetivo primordial é resguardar o erário buscando sempre preservar os princípios da Administração Pública exibidos no art. 37 da Constituição Federal, assim como dar cumprimento sempre aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, cumprindo e fazer cumprir a legislação pertinente de modo que assegure a sua aplicabilidade, demonstrando à transparência com relação aos gastos públicos que é um dos objetivos essenciais desta Administração.

Desta maneira a Controladoria Geral, em conformidade com o art. 51, incisos I, II, III da Constituição Estadual e artigo 9º, Inciso III, da Lei Complementar nº 154/96, cuja subordinação está diretamente ligada à Secretaria Geral, que compreende as atividades de Auditoria, Fiscalização de Gestão e Contabilidade, considera a regularidade da Gestão.

É o que nos compete relatar.

Porto Velho-RO, 28 de março de 2018

**MARCELO PEREIRA FAUSTINO**  
Assessor Técnico  
CRC - RO 6403/O-5

**ZAINE DO NASCIMENTO OLIVEIRA**  
Assessor Técnico  
CRC - RO 5944-0/O

**SANDRA MARIA CARVALHO BARCELOS**  
Controladora Geral